

A COOPERAÇÃO ENTRE PSICOTERAPEUTAS E FORMADORES/AS

Reflexão sobre uma experiência clínica.

Eliana Massih*

*Prof.^a Mestre em
Psicologia Clínica e
Doutora em Ciências
da Religião

Resumo

Reflexão sobre a importância do acompanhamento psicoterapêutico para postulantes à vida religiosa. Diante da complexidade da sociedade e das informações veiculadas pelos meios de comunicação, existe a necessidade da colaboração dos profissionais da área psicológica que podem ajudar os formadores no discernimento das vocações à vida religiosa. Servindo-se das orientações da Igreja diante da complexidade dos desvios comportamentais, as congregações religiosas, procuram profissionais da área psicológica como auxiliares da formação. O artigo traz relatos de acompanhamento, buscando caminhos para o discernimento vocacional.

Palavras – chaves: Acompanhamento psicoterapêutico – postulantes à vida religiosa - complexidade da sociedade e dos meios de comunicação - profissionais da área psicológica - formadores – discernimento vocacional – orientações da Igreja – acompanhamentos clínicos.

Abstracts:

It is a reflection on the importance of psychotherapeutic companionship to the postulants for the religious life. In

the midst of the complexity of the today's society and of the information conveyed by the media, there is a need for collaboration of psychological professionals who can help religious 'formators', in their vocational discernment for the religious life. In accordance with the ecclesial guidelines and facing the complexity of behavioral deviations, the religious congregations seek psychological professionals as auxiliary training. The article presents reports on companionship, seeking ways for the discernment of vocations.

Keywords:

Psychotherapeutic companionship – postulants for the religious life – Complexity of the society – professional in psychology – religious 'formators' – vocational discernment – ecclesial guidelines – clinical companionship.

O presente artigo discutirá a relevância do acompanhamento psicoterapêutico individualizado a postulantes à Vida Religiosa. Falar-se-á especificamente de um processo de cooperação na formação de candidatas a uma congregação feminina. No entanto, de um ponto de vista estritamente clínico, o que aqui será dito poderá ser igualmente aplicado a acompanhamentos em seminários masculinos.

Será debatida a viabilidade e a utilidade da cooperação entre as formadores/as religiosos/as e três psicoterapeutas profissionais todas elas leigas. O que se tentará elucidar é em que medida e por quais vias tal colaboração pode ser útil ao autoconhecimento dos/as candidatos/as com o conseqüente discernimento de sua vocação, levados em conta também os objetivos espirituais e pedagógicos que a congregação propõe.

Tomadas de posição e diretrizes recentes da Santa Sé me levam a tornar público um trabalho conjunto realizado há mais de 10 anos atrás, na época em que a mídia internacional trazia ao conhecimento do grande público, escândalos comportamentais de membros do clero católico. Foi nessa conjuntura penosa para a Igreja que a Santa Sé começou a redirecionar a maneira antes muito cautelosa com que via a colaboração entre encarregados/as da formação religiosa dos candidatos ao presbiterado e à Vida Religiosa e os profissionais da área psicológica. São documentos oficiais que visam mais diretamente os homens, mas sem dúvida são aplicáveis também às mulheres que aspiram a Vida Religiosa. Há nesses pronunciamentos um modo novo de encarar essa colaboração como fica claro nos seguintes dois parágrafos das Orien-

tações emanadas da Congregação para a Educação Católica (1985), o órgão competente da Santa Sé:

Não se pode subestimar o fato de que a maturidade cristã e vocacional alcançável graças ao auxílio das competências psicológicas, embora iluminadas e integradas pelos dados da antropologia da vocação cristã.¹

O especialista – quando solicitado – ajudará o candidato a obter maior conhecimento de si, das suas potencialidades e vulnerabilidades. Ajudá-lo-á também a confrontar os ideais vocacionais manifestados com a própria personalidade, para estimular uma adesão pessoal livre e consciente à própria formação (...) e sobre as possíveis consequências destas para sua vida e para seu futuro.²

Relato aqui o experimento com esperança de que possa servir na busca de novos caminhos para um discernimento mais fecundo do ideal vocacional almejado pelos que hoje batem à porta dos seminários e conventos masculinos ou femininos. A utilização de uma narrativa única envolvendo seis casos clínicos mostra minha adesão à Psicologia Narrativa tal como propõe também J. L. Cazarotto.³

1. A demanda da cooperação entre formadoras e terapeutas

Parto, portanto, de um caso concreto de acompanhamento psicológico por mim dado a duas jovens noviças e posteriormente reenaminhado devido a uma demanda inesperada. As jovens chegaram a meu consultório com um psicodiagnóstico já realizado por outra psicóloga, o que me foi de ajuda como critério para avaliação da utilidade da terapia e como fio orientador quanto ao modo de conduzir cada um dos dois casos. As formadoras deixaram claro que haviam me procurado pelo fato de eu, além de psicóloga clínica, ser também uma leiga e mãe de três filhos.⁴

Foi como tal que, ao menos em certo sentido, passei a interagir com formadoras, embora exercendo um papel que de mim exigia uma postura de autonomia em meu agir e não ingerência na ação das formadoras. Àquela altura eu já possuía uma boa experiência em atender religiosos/as, mas pela primeira vez realizava meu trabalho específico no quadro das preocupações diretas também de uma equipe de formadoras.

¹ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações para a utilização das competências psicológicas na admissão e formação dos candidatos ao sacerdócio*. Roma, 1998, n° 9.

² Idem, n° 15.

³ CAZAROTTO, J. L. A dimensão terapêutica da narrativa. Introdução às histórias de vida. In *ESPAÇOS*, 21/2 (2013) pp. 209-230.

⁴ Essa exigência de uma terapeuta que leiga e mãe já nos fala das expectativas da equipe de formação daquela congregação, indicando que ela valoriza a inserção das jovens no mundo secularizado e conturbado em que vivemos. Ao perceber isto perguntei-me como eu poderia acolher essa demanda, sem perder de vista os outros objetivos pedagógicos e espirituais do processo formativo de congregações religiosas católicas. Como ser objetiva e ciosa da especificidade do atendimento psicológico na prestação do serviço que cabe ao psicólogo mas é da competência de uma equipe de formação interessada em **propiciar às jovens boas condições para uma escolha vocacional bem ponderada.**

Após algum tempo, estabelecida uma relação mais clara entre eu mesma e as responsáveis pela formação, a mesma Congregação me enviou outras quatro postulantes, solicitando um trabalho semelhante ao que já vinha desempenhando com relação às duas que já vinha atendendo. Como as formadoras não sabiam bem o que é uma psicoterapia, respondi a elas que isto não me parecia nem viável, nem conveniente. O atendimento simultâneo de seis candidatas que viviam sua experiência em uma mesma casa iria provavelmente criar mais percalços do que vantagens. Mesmo se eu utilizasse a chamada psicoterapia de grupo eu teria sérias ressalvas quanto à eficiência deste tipo de encaminhamento, até por não fazer parte de minha especialização e exigir a colaboração de um ou outro especialista em tal técnica. Trabalhar em grupo provavelmente suscitaria reações, sentimentos e motivações intra e inter-grupais – inconscientes e conscientes – que iriam bem além das vivências que normalmente se ascendem no correr de uma terapia individual, atingindo o grupo em si e alterando o cotidiano e a dinâmica da casa religiosa que acolhia o grupo e na qual elas partilhavam suas vidas. A razão é simples: o que é vivenciado no recesso de um consultório na relação terapeuta-cliente tende a ter continuidade também fora do *setting* terapêutico mais imediato. Refiro-me aqui a aspectos sutis que envolvem também questões de ética profissional. Uma terapeuta quando atende separadamente cada cliente, ocupa, no nível psicológico, uma posição transferencial de destaque e em virtude de seu papel afetivo pode suscitar reações que não favorecem o amadurecimento nem de cada pessoa nem do grupo, nem da comunidade de origem na qual convivem diuturnamente as clientes.

Sei que tem alguma razão aquele ditado que diz *quem cria um, cria dois e cria também três e quatro*. Mas, no caso de uma terapia, esse dito popular sofre uma impropriedade, que constatei de maneira insofismável em minha experiência de mãe. Como mãe de três filhos e agora avó de quatro netos e ainda pequenos aprendi que cada filho é um filho e cada neto é um neto que exige da mãe/ avó um modo próprio e peculiar de ser mãe e de ser avó. A tarefa terapêutica, para mim, é uma metáfora privilegiada dessa mesma complexa rede de relações mãe – filhos - netos. Desse ponto de vista há entre esses vários figurantes uma delicada correlação humana da qual muito se pode aprender. Na relação terapeuta-cliente o primeiro pode exercer um razoável *controle* das experiências afetivas que emergem nessa teia de relações. Daí minha convicção de que se eu aceitasse trabalhar com seis membros

jovens de uma mesma comunidade, mesmo tomando todas as devidas precauções, eu estaria correndo riscos em aspectos cuja forte dinâmica pude reaprender como mãe e avó, confirmando no dia a dia da rotina de uma família normal o que eu sabia já desde minha experiência prática e teórica como terapeuta. Daí a pergunta que passei a me fazer naquela conjuntura : pode uma só e mesma terapeuta, de uma só vez, as três demandas que aquela Congregação me fazia: a de facilitar a dinâmica psico-motivacional de cada cliente em sua individualidade; a de sustentar e ampliar as possibilidades de uma intercomunicação saudável (ou, ao menos, não neurótica) entre as candidatas em sua própria casa e, ainda, de exercer um papel de *coadjuvante* externa da equipe de formação, salvaguardadas naturalmente a ética do sigilo profissional de uma psicoterapeuta?

2. Em busca de um outro caminho

Conversando a esse respeito com alguns colegas, resolvi orientar as quatro novas clientes para duas outras psicólogas legas que também se especializavam no atendimento a religiosos e religiosas no Instituto terapêutico Acolher ITA⁵ ambas leigas e mães.⁶

Decidimos, assim, formar uma equipe *sui generis* na qual, sendo cada uma independente em seu trabalho, trocaríamos informações em três níveis de intervenção e reflexão comparativa: o do trabalho individual terapêutico com seu efeito sobre cada uma e sobre o grupo; o da ação pedagógica realizada pelas formadoras no interior da comunidade formativa e o do intercâmbio entre as três terapeutas em reuniões de avaliação e partilha clínica. Através de encontros regulares buscaríamos *controlar* os fatores pessoais e grupais em jogo e refletir conjuntamente sobre a linha terapêutica que utilizaríamos, permitindo assim uma avaliação e comparação mais objetiva sobre o processo de cada uma das seis postulantes a nós confiadas – assim como do que cada uma de nós ia fazendo e constatando, seja quanto ao andamento de cada caso individual, seja quanto ao possível impacto – positivo ou negativo – sobre o cotidiano da comunidade de vida e de ideal formada pelas candidatas e suas formadoras.

Nesse momento tomou corpo dentro de mim – com apoio de minhas duas colegas – a idéia de transformar esse exercício terapêutico a três em um *quase* experimento. O presente artigo narra exatamente essa tentativa. O artigo é de *minha* responsabilidade, mas a reflexão aqui feita deve à partilha

⁵ O ITA – Instituto Terapêutico Acolher – reúne um grupo de psicólogos clínicos que se propõem dar a sacerdotes e religiosos/as um atendimento terapêutico que leve em consideração não só o processo psicológico de amadurecimento da pessoa como também as circunstâncias próprias da condição existencial de quem se propõe direcionar de modo mais radical toda sua vida para o ideal da consagração pessoal a Deus em uma Congregação Religiosa. O ITA nasceu de uma necessidade sentida especialmente pelos superiores/as e formadores/as que percebem a importância de uma integração da dimensão humano-afetiva com a espiritual, como condição para uma vida religiosa mais plenamente vivida.

⁶ As psicoterapeutas que participaram desta experiência são Lilian Arruda Zamith e Ondina Peruzzo.

com as duas colegas diretamente implicadas e às conversas que mantive então com outros membros do ITA.

3. Questionamentos surgidos ao longo do percurso

Olhando em retrospectiva, após um ano de trabalho, diria serem quatro as perguntas principais que nos fizemos ao longo do percurso. Usarei a seguir a primeira pessoa para não responsabilizar minhas colegas por reflexões que são mais minhas do que delas.

A *primeira* referia-se à terapia enquanto tal. Ou seja, eu me perguntava, se a análise terapêutica individual de uma candidata à Vida Religiosa pode de fato ser uma forma de enriquecimento intrapsíquico útil ao *amadurecimento* humano-afetivo global de cada cliente. Uso aqui este termo no sentido de D.W Winnicott, como por mim descrito em Valle e outros.⁷

Nessa mesma direção outra pergunta minha era: como pode uma terapeuta fornecer às jovens uma abertura para o auto conhecimento calcado na relação dialógica propiciada pela terapia e, ao mesmo tempo, permitir que essa comunicação aflore naturalmente, em seu tempo e medida, no coração e na vida de jovens que pensam séria e honestamente em consagrar suas existências a Deus e à Igreja? Em outras palavras, como pode uma terapeuta favorecer o verdadeiro crescimento pessoal sem invadir e distorcer o caminho natural e necessário de uma integração que em parte escapa e vai além do que é do âmbito e competência de um processo psicoterapêutico, por envolver opções, aprendizagens e inúmeros aspectos espirituais que pertencem ao âmbito da chamada formação no seio de uma instituição eclesial.⁸

A *segunda* e talvez mais incisiva questão ligava-se à aferição pessoal das possibilidades da candidata quanto à sua adequação à espiritualidade, ao estilo de vida e ao que poder chamar de missão (algo mais amplo que as *obras*) daquela determinada Congregação. Ou seja, a médio e longo prazo, como garantir que a formação – agora assessorada por um discernimento psicológico mais técnico e mais profundo – leve cada candidata a discernir sua vocação e sua capacidade de se apropriar em primeira pessoa daquilo que sua Congregação proclama como sendo o essencial de seu carisma e de seu serviço ao mundo?

A *terceira* indagação se prendia ao momento que aquelas seis jovens atravessavam. Elas se viam em uma situação de *passagem* do mundo familiar, profissional e laico para outro fundamentalmente caracterizado pelo espiritual e o religioso. Essa passagem nem sempre é feita de modo consciente. Faz-

⁷ Cf. E. VALLE e outros. *Tendências homossexuais em seminaristas maiores e religiosos*. Visão psicoterapêutica e pedagógica. São Paulo: Loyola, 2011, pp. 90- 96.

⁸ E. B. PINTO, *Os padres em psicoterapia*. Esclarecimentos e peculiaridades. São Paulo: Editora Idéias e Letras, 2012.

-se em alguns casos, sem um discernimento das continuidades e descontinuidades entre os dois espaços de valores e de significados – o *profano* e o *sagrado*. Essa diversidade estimulou-me a confrontar o modo de ser e as metas espirituais, em geral muito idealizadas, daquelas aspirantes com o modo de ser meu e de minhas outras duas colegas, todas nós socializadas dentro de uma visão mais secularizada e profissional do que seja a vocação religiosa.

Ao oferecer nossos serviços, calcados em uma experiência de vida bastante distinta da que caracteriza uma *vida de convento*, fui levada a analisar melhor a *passagem* que aquelas moças tentavam fazer do mundo *normal* das pessoas de sua idade para o mundo (também *normal*, mas diferente) de um grupo centrado em uma proposta mística marcado por uma tradição de ruptura com o mundo, tradição essa que se tornou ambígua e menos consistente psicossocialmente falando em virtude das mudanças (também da Igreja católica e da Vida Religiosa) ocorridas na segunda metade do século XX. Sendo psicólogas, leigas e mães eu e minhas colegas sentimos que poderíamos oferecer algo específico na preparação ativa dessas jovens para uma transição de vida que não pode se realizar exceto através de um melhor conhecimento de si e da realidade e um aprofundamento da experiência pessoal de Deus.

Com tais inquietações e propósitos na cabeça, senti que a demanda feita a nós e ao ITA por aquela Congregação oferecia uma extraordinária oportunidade para o estabelecimento de uma cooperação mais realista e prática entre psicoterapeutas e formadores/as. Tratava-se de algo que poderia favorecer outras futuras experiências com congregações masculinas e femininas. Bem conduzida, essa experiência de trabalho conjunto poderia estar abrindo pistas para uma pedagogia da afirmação da identidade existencial e vocacional daquelas jovens religiosa em seu confronto com seu ideal religioso. Abrir-se para o mundo e estar preparada para exercer a missão em um mundo secularizado é, em última instância, a meta de um processo formativo que pretende construir pessoas livres e felizes, mas capazes de renunciar para oferecer suas riquezas a outros.

4. Delimitando as tarefas

Estávamos recebendo, portanto, seis jovens com um trabalho de formação humana em andamento. Eram jovens em tudo bem dentro da média das candidatas que hoje são recebidas em *congregações brasileiras*. O que a Congregação nos solicitava era exatamente o que sabemos fazer: *analisar*

aquelas jovens. Não havia, em princípio, algo a ser *curado*. Tampouco existiam dúvidas específicas a respeito de sua adequação à Congregação. Pediam-nos tão somente que as ajudássemos a crescer na consciência do que estavam abraçando. O tempo de que dispúnhamos para o acompanhamento *não era indefinido*, mas tinha uma certa elasticidade decorrente da valorização, pela equipe de formadoras, do trabalho psicoterapêutico. Contávamos também com a assiduidade e responsabilidade das pacientes, bem motivadas e preparadas, embora, como era de se supor, sem saber bem o que poderia ser um acompanhamento terapêutico. Mas tínhamos preocupações que não costumam ocorrer quando somos procuradas diretamente por uma religiosa desejava de ser analisada. Uma questão sobre a qual nos debruçamos mais de uma vez foi a seguinte: quem era, de fato, nossa cliente: As postulantes? A equipe de formação? A congregação como um todo? Formalmente falando, até por razão de ética profissional, é claro que eram as analisandas. Mas, de fato, há neste tipo de atendimento outras implicações que podem pesar tanto na terapia quanto na dinâmica da formação.

Questões deste tipo foram dando corpo ao nosso trabalho e norteando a definição de nossas tarefas. Estávamos, agora, às voltas, ao menos até certo ponto, com objetivos que são usualmente mais ou só da preocupação das formadoras. De nós se esperava que *formássemos e cuidássemos* das jovens, do ponto de vista clínico, mas com uma visão mais prática e mais realista de outros aspectos exigidos hoje por um processo formativo bem conduzido. Era essa uma sensação nova de responsabilidade, especialmente para mim.

Em experiências anteriores e repetidas com religiosos pude conhecer mais o outro lado da formação: as queixas, as marcas deixadas por um passado mal vivido, a rigidez das pessoas e estruturas, a fragilidade dos ideais proclamados, etc. Eu tinha algum conhecimento mais do que *não devia ser feito*. Agora, estava diante de uma possibilidade de ver a formação desde outro ângulo. Era-me oferecida a oportunidade, enfim, de atuar de modo mais direto e positivo. Visto de um outro prisma, eu e minhas duas colegas, deixávamos de ser observadoras atentas – mas não diretamente envolvidas – de cenários vivos que nos eram contados e passávamos a ser também vidraça!

De passagem, menciono uma outra questão com a qual; esbarrei à medida em que ia compreendendo melhor a tarefa assumida: existe mesmo uma especificidade no atendimento a religiosos? Essa especificidade é o predominante no atendimento a jovens em formação? Ou seria mais um mito que

ronda a vida e a privacidade das pessoas que se consagram à Igreja? De qualquer modo há algo comum a todos os pacientes/pessoas que nos procuram e por aí se iniciaria o percurso. Na seqüência viriam os temas específicos ligados ao carisma da congregação, à questão do celibato, à vivência comunitária, ao estilo e exigências das obras e outros que paulatinamente surgiriam. De fato, as intersecções foram aparecendo, embora não exatamente nessa ordem. Em muitas situações quem primeiro tomava consciência disto era a religiosa em formação que, por sua inexperiências e sua situação de *passagem* tinha certa dificuldade de acesso a implicações fundamentais que explicitarei adiante.

5. Postura existencial das terapeutas

A questão mais ampla envolvida no que acabo de dizer é a da confiabilidade. Ela constitui como que o cerne do relacionamento que se estabelece no *setting* terapêutico. A partir dela serão desdobradas outras que envolvem técnicas e metodologia de trabalho. Como garantir ao paciente a saudável sensação de poder entregar-se ao processo sem medo? Como construir essa delicada teia em que a paciente repousará serena mesmo em meio ao confronto com suas indecisões e eventuais dores e traumas?

Que tipos de conhecimento e de vivência serão úteis para compreender a totalidade de seu ser e a força de sua vocação num mundo permeado pela superficialidade do consumo ilusório e pela dificuldade em definir a própria identidade?

Estávamos tratando de jovens que andavam na contramão da busca desenfreada do ter e se encaminhavam para a construção de um ser-no-mundo calcado no confronto consigo mesmas a serviço de pessoas desfavorecidas e em vários sentidos maltratadas pela vida. E o que é ainda mais complexo no atendimento terapêutico: estávamos lidando com jovens em busca de uma comunhão de vida e de amor com o Outro a quem desde pequenos aprendemos a chamar de Deus e Pai, com o que aquelas jovens se içavam a um patamar qualitativo de exigências muito elevadas, para o qual, quase certamente, não possuíam a necessária maturidade de vida e de fé.

Eram jovens especiais, mas não no sentido dos temas explorados pela *mídia* envolvendo quase sempre as contradições de pessoas que se propõem um ideal de vida muito exigente, mas não estão ainda à altura do mesmo. Essas jovens eram especiais *também* pela experiência vivida da fé e da *compaixão*, pelo desejo genuíno de aprofundarem e melhorarem suas relações com

as pessoas que as cercavam e, sobretudo, pela capacidade de desejar o que é gratuito numa sociedade em que tudo tem um preço vinculado a imagens ocultas de poder e do prazer.

Como terapeutas, precisávamos associar um acolhimento mais esmerado a uma incansável busca de precisão na delimitação das emoções e sentimentos expressos e ocultos no *setting*. Não poderíamos nos prender a uma teoria sob pena de enrijecermos o florescer da identidade daquelas jovens que depositavam em nos sua confiança. Nossa esperança era a de que em sua relação conosco – terapeutas – elas fortaleceriam grande parte de suas virtualidades e enriqueceriam suas capacidades de conviver e se comunicar com o demais sem perda de sua individualidade.

Se pudéssemos resumir a postura desejável para a melhor consecução dessa tarefa diríamos em coro: estar autenticamente com cada uma delas deixando-nos afetar e afetando-as com nosso comprometimento.

Tratava-se de uma peculiar forma de vínculo que julgo poder comparar ao atendimento psicológico a jovens adolescentes, em que devemos nos reportar a seus pais sem, no entanto, ferir a confiabilidade. Mas não era exatamente assim com as postulantes pela própria índole das mesmas, possivelmente mais maduras que um adolescente de classe média.⁹ E não era exatamente assim também pelo fato de que deveríamos pesquisar, juntamente com as jovens, em que medida seu desejo vocacional era pouco genuíno ou mesmo espúrio e contaminado por outras motivações não conscientes.

Como se pode ver, a tarefa demandava especiais cuidados e uma postura ética que levasse em conta várias facetas da mesma instigante demanda: **formar e cuidar**. Assim foi se confirmando o fato de que a tarefa que assumíamos independia da formação ou opção teórica de cada uma de nós: as pacientes/pessoas seriam atendidas e trabalhadas por terapeutas/pessoas e não por teorias. Nessa teia se construiria a interface entre psicoterapia e formação.

6. Pequeno relato clínico: o silêncio e o despertar da pessoa.

O relato que se segue mostra-nos os caminhos para a chegada da pessoa que mora numa jovem postulante após alguns meses de análise. Ela chega muito feliz ao consultório e diz:

– Tenho uma notícia muito boa e estou feliz e ansiosa por contá-la a você!

⁹ Hoje em dia ao rever este artigo, poria em dúvida esta maturidade. O que vejo são pessoas vindas das mais longínquas regiões do país com amadurecimento psicoafetivo anterior ao da adolescência.

Se o paciente/pessoa está feliz então o terapeuta ficará também feliz. A proposição é verdadeira e eficaz, pois nesta troca de afetos é que se constrói o vínculo e se estabelece a confiança mútua. Como terapeutas, esperamos que a pessoa esteja bem com seus humores e em suas relações com o mundo compartilhado. Alguém que não esteja experimentando a vida e os fazeres cotidianos com alegria certamente não está preparado para um trabalho comum e, muito menos, para um trabalho missionário, calcado em ideais de solidariedade e vivência comunitária. A vida deve se apresentar como uma totalidade coerente em que os pequenos e grandes afazeres se integrem num projeto de longo alcance.

Neste caso, o paciente e o terapeuta vinham há algum tempo lutando para compreender e metabolizar um sentimento presente na vida cotidiana da primeira. Sempre que sua formadora a corrigia ela sentia raiva e tentava a todo custo sentir-se vingada em sua frustração por não ter cumprido seu ofício com perfeição e zelo. O gasto de energia era grande e os efeitos poucos recompensadores. A frustração permanecia como um sentimento difuso e a raiva impediam seus momentos de meditação e solidão. O fantasma da perfeição a rondava o tempo todo. A imagem idealizada de como deveria ser uma religiosa a impedia de aprender com os próprios erros. Tornava-a também uma pessoa intolerante consigo mesma e com as colegas. Achava-se sem direito de falhar.

Na semana anterior à fala citada a terapeuta havia cometido dois deslizes: interrompeu a sessão por Ter esquecido algo fora da sala de atendimento e outro, gerador deste, chegou ao consultório quase em cima da hora da sessão, o que fez com que a paciente a esperasse por alguns poucos minutos.

Acreditamos que durante a semana entre as sessões, algo foi se processando dentro da paciente. Brincando de adivinhar, poderia Ter lhe ocorrido:

– *Minha terapeuta me deixou esperando, que raiva!*

Ou ainda:

– *Que falta de organização, não pretendo ser assim como ela!*

Então surge o ambivalente sentimento:

– *Eu quero ser como ela! Eu gosto dela e me sinto acolhida! Ah! Mas ela falhou comigo!*

Pois bem, a jovem manteve o suspense sobre a boa nova e relatou o sonho que se segue:

– Cheguei em um prédio comercial e encontrei uma amiga de infância. Ela me disse que eu poderia subir, pois minha irmã já estava lá trabalhando. Começo a subir sem revelar que não vou trabalhar e sim que vou me encontrar com você (a terapeuta).

Nas associações diz que a irmã estaria fazendo maquiagem como meio de ganhar a vida e, ao que parece, sua tarefa era bem diferente e quase secreta já que não contou à amiga de infância. Ela queria algo diferente, ou melhor, queria diferenciar-se enquanto pessoa e/ou opção de vida, o que se revelava pela busca da vida religiosa.

Creemos que aqui começa a relação analítica total com a terapeuta/pessoa. Ao misturar-se no sonho com sua irmã de profissão/opção diferente ela, ao mesmo tempo, mostra que sua opção não é tão especial assim. E que sua terapeuta exerce uma forma de trabalho que também não é desvinculada do viver cotidiano na grande cidade (maquiadora e terapeuta trabalhavam no mesmo prédio). Ainda não mostra clareza quanto à sua opção, mas já começa a encaixa-la no viver das pessoas comuns.

Observamos também que o sonho foi um divisor de águas e, a partir daí ela não mais veio à sessão como uma entre outras tarefas de sua formação como religiosa. Ela passou a usufruir os efeitos de uma relação pessoa – pessoa permeada por deslizos e falhas que, no entanto, a formariam para enfrentar com discernimento as imperfeições do cotidiano.

O sonho nos fala também de suas máscaras / maquiagens. A irmã (de profissão diversa da sua) é também uma faceta de si¹⁰, poderíamos dizer que ser religiosa ou ser maquiadora exigem responsabilidade e eficiência semelhantes. Mas faz-nos pensar nas diferenças: para ser religiosa, o tempo de formação é bem maior e exige estudos mais aprofundados. A busca da vida religiosa pode ser vista também como uma fuga/ troca do modelo familiar, ou seja, trabalhar desde muito jovem para manter-se e ajudar a família. Essas conjecturas só irão se aclarar nas associações livres e na reflexão que a postulante, ajudada pela terapeuta, fará.

Mas, voltando à boa nova prometida, a jovem paciente disse:

- Eu não sou perfeita e nem preciso ser!

¹⁰ Cf E. MASSIH, A teoria do *self* dialógico na psicoterapia de religiosos católicos: uma visão desde a Psicologia Cultural da Religião. *REVISTA ESPAÇOS*, 17/1 (2009), pp. 5-32. Hoje em dia eu diria: *uma posição de EU*, conforme proposto pela Teoria do Self Dialógico.

Nada há melhor que uma relação pessoa-pessoa para temperar sentimentos exacerbados, pois estes se calcam numa idealização bastante distante das vivências concretas. A formação passa por esse fantasma da perfeição e deve ser continuamente trabalhada seja pelos formadores seja pelos formandos. A relação pessoa-pessoa com a terapeuta mostrou que errar faz parte do acertar, do experimentar e do reparar os erros.

Início um retrospecto de sessões mais anteriores em que se concebeu e gestou a idéia da relação pessoa-pessoa como modo de cura.

Estas vivências se deram nos momentos de silêncio. Em algumas ocasiões, o silêncio virou risada por parte da jovem e em outras virou um choro sereno ou uma reflexão mais profunda. É no silêncio que se gesta o autoconhecimento a partir de dois ingredientes básicos: comunicação sincera de sentimentos e esforço contínuo para se aprimorar.

Este último foi uma constante nos atendimentos às postulantes. O primeiro dependia de treinamento paciente por parte de ambas: analista e cliente. Comunicar e lidar com sentimentos são, em si, umas das metas mais significativas da análise e, por vezes, o trabalho intensivo mostra seus resultados no relato de um sonho ou num fato transferencial.

Voltando ao sonho, creio que, nesse caso, o fato transferencial foi bastante significativo, como passo a refletir. A paciente sentiu-se, mas, ao mesmo tempo, deu-se conta de seu afeto por ela.

Nova associação lhe trouxe à memória seu pai, que emocionado, ao despedir-se quando ela ia para o convento, desejou-lhe que fosse muito feliz e prometeu recebê-la de volta, de braços abertos, se assim não fosse. Pessoa bastante simples e de pouca instrução, soube naquele momento expressar seu amor de forma apropriada e acolhedora. Em outras palavras, disse-lhe que não era preciso acertar sempre.

Para assumir sua vocação e missão não era preciso que fosse perfeita, mas sim que tentasse dar o melhor de si. Em qualquer opção de vida escolhida há a intenção de permanência e continuidade embora saibamos que, eventualmente, poderá haver mudanças de rota em função do próprio amadurecimento humano.

A psicoterapia formativa deve incluir um novo elemento, algo como a construção de uma ética pessoal que continuamente se autoavalia, reflete e evita a postura de julgamento *a priori*. É como se o terapeuta educasse o paciente para o exercício do compromisso com a própria história e com a

história da congregação. Ser si mesmo hoje em dia supõe ética pessoal e clareza quanto à constituição de um EU institucional junto a variadas outras faces (ou posições de EU) no mundo contemporâneo.

O exemplo citado é ilustrativo e pode ser generalizado como uma das características desta interface entre psicoterapia e formação, ou seja, a relação pessoa – pessoa instaurada no espaço da psicoterapia mostra-se um lugar adequado para o discernimento das vocações para VRC.¹¹

¹¹ Cf. E. MASSIH, Des-centrando a formação. Em CONVERGÊNCIA, julho/agosto, 2005, pp. 375-398.

Especificidades da psicoterapia formativa

Ao fazer parte de uma equipe de formação o terapeuta assume posições peculiares incomuns a outras formas de relação terapêutica. Descreveremos a seguir algumas observações que não pretendem, de maneira alguma, ser definitivas.

1. O psicoterapeuta se reporta ao formador, o que dá um colorido mais pedagógico ao atendimento;
2. O psicoterapeuta atende mais de um membro da mesma comunidade e, mais particularmente, de um grupo específico dentro da comunidade, o grupo de postulantes/seminaristas. O que mais tem semelhança com esse procedimento seriam as terapias familiares mesmo se nelas nem sempre ocorre o atendimento individual sistemático de um ou de vários membros.

No caso apresentado, mais quatro fatores devem ser referidos:

1. O fato de as terapeutas serem leigas e mães supõe um cuidar referendado pelo suporte / ferramenta de uma função pessoa: ser uma *mãe suficientemente boa* como diz Winnicott.¹²
2. As três terapeutas, atuaram como peritas técnicas em cada uma das etapas cumpridas pelas postulantes e o peso desta presença diferenciada fez sentido durante todo o processo;
3. As terapeutas, cuja formação psicológica era variada, assumiram ao longo do trabalho uma visão até certo ponto comum oferecida pela Psicanálise das relações objetais que tem como postulado que um meio ambiente satisfatório melhora a comunicação intra e interpessoal, favorecendo o convívio com a comunidade;
4. As postulantes chegaram aos consultórios com o

¹² Cf. E. MASSIH, A teoria do *self* dialógico e a Psicologia Cultural da Religião na psicoterapia de religiosos. Em REVISTA DE ESTUDOS DA RELIGIÃO, REVER. 2009b. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv4_2009/t_massih.htm>

psicodiagnóstico pronto; talvez este procedimento pudesse ser repensado e o tratamento poderia, por exemplo, ser precedido por entrevistas individuais personalizadas. Essa escuta é mais acolhedora e melhoraria provavelmente a criação do vínculo, a *performance* e a qualidade dos resultados ao longo do processo.

Vantagens do acompanhamento terapêutico

A partilha de experiência entre as terapeutas mostrou-nos:

1. A psicoterapia ajuda a tarefa da formadora para acolher diferenças individuais, desvios de personalidade e comportamentos que, em geral, ela não estaria apta para compreender.
2. Melhora a comunicação entre as postulantes, fazendo-as buscar uma maior autenticidade e liberando-as de comportamentos parciais/ perversos de ocultação de sentimentos e emoções e reduzindo a persecutoriedade nas relações.
3. Permite que as jovens aceitem seus próprios limites e modulem a idealização da imagem do religioso trazendo-a para a realidade concreta. Desse modo, substituem idéias pré-concebidas de que atingirão a santidade quase que magicamente e atuam de maneira engajada, trabalhando para a melhoria da vida pessoal e comunitária.
4. O trabalho reflexivo dá às jovens a medida das virtudes, facilitando a comunicação intrapessoal. Assim, mais particularmente na questão da passividade X atividade, submissão X prepotência e orgulho X humildade, observamos que as postulantes atingem a capacidade de se observar criticamente, obedecendo sem se sentir subjugadas e mesmo reagindo a autoridade com adequação.
5. A postulante, ao entrar em contato com o seu ser-pessoa-hoje torna-se mais apta para o convívio com a comunidade externa a quem presta e prestará seus serviços religiosos e missionários.
6. A postulante se conscientiza da própria adolescência, vivendo-a como uma etapa de sua vida que exige um esforço para a construção da seguinte (a vida adulta e suas tarefas) na nova e escolhida família. No início do processo nos pareceram mais adultas, mas

a psicoterapia mostrou que a “máscara” servia para ocultar seus medos e dúvidas, tão comuns a todos os adolescentes. O que, de fato, diferia era a certeza de que buscavam nova família, mais condizente com seus anseios e seus ideais de ser-no-mundo.

Reflexões à guisa de conclusão

As psicoterapeutas, de diferentes posições teóricas, se igualaram no confronto e cuidado às pacientes e na certeza de que a cura ou o processo de amadurecimento se dá na relação autêntica com o outro já que nós humanos somos seres dependentes a partir do nascimento e no decorrer da vida das mais variadas formas.

A questão do vínculo surgiu em todos os atendimentos e foi trabalhada no contexto do ambiente protegido do *setting*. Permitiu a visualização da importância do acompanhamento terapêutico individual no processo formativo. Como uma metáfora privilegiada da relação mãe-filho, o contexto terapêutico cria uma realidade separada da que se vivencia na vida cotidiana e permite a re-encenação de conflitos das primeiras fases da vida. Por vezes os trabalhos em grupo e as conversas com os/as formadores/as, embora de extrema importância, não dão conta de cuidar dos pontos nevrálgicos da história de vida das jovens.

O fato de sermos terapeutas leigas também teve significado clínico comprovado. Algumas vivências só puderam ser autenticamente compartilhadas com a formadora após um enfoque detalhado no acompanhamento terapêutico. Assim foi possível atuarmos como intermediários no processo de desmistificar a imagem do religioso como alguém associado a culpa e pecado e, em última instância, a um Deus que castiga e reprime.

Se postulamos que o religioso ou religiosa deve ser uma pessoa madura e em busca perene de integração psíquica e, ainda, se entendemos que a busca da santidade é um processo e não um *insight* datado na história de vida das postulantes, então deveremos necessariamente estar atentos ao efeito lúdico e criativo gerado pela psicoterapia individual. Junto a todas as demais ferramentas utilizadas no processo formativo, este encontro autêntico com o outro atinge o ser do religioso e é um complemento imprescindível para os encontros de formação, para o período de experiência nas comunidades e para o aprimoramento propiciado pela formação como um todo.